

BANCO CENTRAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



# EVOLUÇÃO DA MOEDA E A BANCA

Nº.01

CADERNO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

# EVOLUÇÃO DA MOEDA E A BANCA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## INTRODUÇÃO

Após a chegada dos primeiros portugueses no século XV à São Tomé e Príncipe, todas as acções se pautaram pelo desenvolvimento da actividade mercantil.

Sem mesmo ter chegado à definição do território como “colónia de Exploração”, o que só viria a acontecer mais tarde, os portugueses dedicaram-se às trocas que assentaram fundamentalmente na produção e comércio do açúcar. Contudo, ao contrário das outras colónias portuguesas, São Tomé e Príncipe, até ao último quartel do século XIX, não teve uma moeda própria. Este facto deve-se possivelmente, a debilidade da economia local que não foi capaz de produzir o suficiente para impor fora das ilhas.

O açúcar, apesar de dominante no século XVI, nunca atingiu esse patamar: por um lado, todo o comércio era feito em Lisboa e, por outro, os pesadíssimos impostos aplicados pela metrópole, a que estava sujeito, tornava-o quase inacessível aos estrangeiros.

Essa particularidade fez com que o sistema de pagamentos não tivesse uniformização monetária e igual para todos os interventores nas trocas, mas antes forjou esquemas com a utilização de recursos diversos não financeiros.

Assim, o historial da moeda desde o século XV toma formas diferenciadas, com uma evolução que reflecte objectivamente o estado da economia.

No final do século XV, para pagamento de certa quantia, Álvaro de Caminha, primeiro Capitão-donatário da Ilha de São Tomé, refere-se de forma indefinida ao dinheiro e também a entrega de escravos como remuneração. Possivelmente o dinheiro podia ter sido a “Dobra” que era também a moeda de troca.

Igualmente, na época, havia referência a “manilhas de latão” e “manilhas de cobre”, com que se podiam comprar peças de escravos, produto de troca que aliás perdurou até os primeiros anos do segundo

quartel do século XVI, quando “ os búzios” pela primeira vez são referidos como mercadoria para transacção.

No dealbar do século XVI são moedas de troca o marco de prata e os réis usados em Portugal.

No século XVII, em 1640, os “Cruzados” são referidos pelo Cabido da diocese como moeda circulante.

O afrouxamento da produção nos séculos XVII e XVIII reflecte-se na quase ausência do registo de movimento mercantil.

Naquela época, o comércio circunscreveu-se quase que exclusivamente ao tráfico de escravos e ao abastecimento dos poucos navios que aportavam para fazer aguada que não trazia quase nenhum crédito às ilhas.

O crescimento da economia de tráfico com o Brasil, em que São Tomé foi um entreposto, trouxe muitas moedas de cobre de 80 réis, 40 réis e 20 réis cunhados no Brasil (rio de Baía). Estas tiveram vasta circulação em São Tomé e Príncipe em todo o século XIX. Mas é também nessa época que se conheceu as primeiras moedas privativas cunhadas para as ilhas em 1813 e 1815, no Brasil no reinado do Príncipe regente ao D. João. A estas, outras cunhagens se lhe seguiram.

Assim, com o surgimento dos “réis” foi dado o primeiro passo para a criação de numismática santomense.

Em 1911, foi decretado que o escudo de ouro fosse a unidade monetária de todos os territórios da República à excepção de Macau, Índia e Timor.

A desregulamentação e a desordem na emissão de cédulas na colónia de São Tomé e Príncipe, que obedecia a critérios de ocasião, levou as autoridades a adoptarem medidas que conferissem ao Banco emissor da colónia, o Banco Nacional Ultramarino, a necessária autorização para agir e regular a emissão das notas e moedas, ficando as células englobadas na circulação fiduciária.

A Agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em São Tomé foi criada em 1868.

A sede, criada em Lisboa, em 1864, viu publicar em 1867 o regulamento da sua sucursal de São Tomé.

Nesse regulamento, estava definido que a emissão de notas seria pela sucursal de Luanda, contendo a assinatura do Governador do Banco, Francisco de Oliveira Chamiço, e a de dois gerentes em São Tomé e a designação “pagáveis na Agência de São Tomé”. Francisco de Oliveira Chamiço foi o fundador e primeiro Governador do BNU. A ele se deve os esforços de abertura da filial de São Tomé e Príncipe.

Na altura da criação da Agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU), a circulação do papel-moeda nas ilhas era constituída por bilhetes da Junta de Fazenda local. Estes foram logo substituídos por notas do BNU.

A acompanhar a evolução económica, que experimentava um desenvolvimento acentuado em face do apogeu da cultura do café, o BNU produziu até 1888, moedas para a satisfação desse crescimento. Assim, logo em 1870 produziram-se notas nos valores de 5 000, 10 000 e 20 000 réis para as grandes transacções de café.

As bases de 1922 permitiram a impressão de cédulas em escudos com o valor de \$50, \$20, \$10, \$05 e \$04 que foram substituídas por força da nova lei emanada em Abril de 1929 que mandou cunhar moedas divisionárias de \$10, \$20 e \$50 e suspendeu as células de \$05 e \$04.

As bases foram revistas e um novo contrato de concessão de privilégio de emissão de notas e moedas nas províncias ultramarinas (que São Tomé e Príncipe fazia parte) foi concedido, com vínculo até 1982.

Pelo BNU, São Tomé e Príncipe conheceu as seguintes emissões:

- Emissão de Luanda (de 1868 a 1891)
- Emissão Antiga em 1891
- Emissão simples em 1897
- Emissão Vasco da Gama em 1909
- Emissão Londres em 1944
- Emissão Lisboa em 1918
- Emissão Chamiço em 1921, 1935, 1944
- Emissão D. Afonso V em 1946, 1956, 1958
- Emissão João de Santarém em 1964 e
- Moeda de 50\$00 Comemorativa do V Centenário do Descobrimento das Ilhas de São Tomé e Príncipe em 1970.

Esta sequência da produção do BNU foi interrompida em 1975 com a proclamação da independência nacional.

A cunhagem de uma moeda própria, é um dos principais símbolos da soberania de um País. Por isso, São Tomé e Príncipe, logo após a proclamação da sua independência política, procedeu à criação da moeda nacional, tendo para isso escolhido um nome já histórico: **a Dobra**.

O seu aparecimento dá-se após a criação do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, resultante da nacionalização da antiga filial do Banco Nacional Ultramarino.

Seguiu-se depois uma nacionalização simbólica da moeda então corrente, com a carimbagem de todas as notas do Banco Nacional Ultramarino que estavam ainda em circulação no País, passando a denominar-se de “escudo santomense”.

Entretanto, com a insuficiência do escudo são-tomense em circulação, bem como nos cofres das instituições bancárias (principalmente as notas de mil e quinhentos escudos) no período pós-independência, ao Banco Nacional foi autorizado por um despacho ministerial, a emitir cheques ao portador com idênticas funções das notas do banco, que posteriormente esteve largos meses em circulação no País.

A escolha do nome a “dobra” deve-se ao facto dela ter sido uma das moedas que circulava nos primeiros tempos do povoamento de São Tomé e Príncipe. Segundo alguns historiadores, a primeira dobra foi cunhada no século XVIII.

A referida moeda tinha uma inscrição encerrada num quadrado e, por esta razão os latinos também lhe deram o nome de “quadratus”.

E como o seu valor era equivalente a dois dinares os portugueses passaram a chamar-lhe dobra (dobro).

Em Portugal, foram conhecidas várias moedas hispano-árabes com o nome de dobra, introduzidas pelos mouros e originariamente do Magrebe.

Foi o rei D. Pedro I quem mandou cunhar a primeira dobra portuguesa.

O primeiro período da história da dobra portuguesa encerra-se com a morte de D. Fernando.

Só com D. Duarte volta a surgir na cena monetária portuguesa.

É nesta história da dobra que se veio inserir a moeda nacional de São Tomé e Príncipe. A antiga moeda de ouro, originária do Magrebe e baptizada pelos portugueses com o nome de dobra e logo depois cunhada em Portugal com a mesma designação, durante o século XV, corria mundo inteiro, nomeadamente a costa africana, chegando também às ilhas de São Tomé e Príncipe.

Enquanto evolui a circulação fiduciária, em função do crescimento da própria economia, também as instituições conheceram o necessário desenvolvimento que lhes permitiram acompanhar, organizar e dirigir as operações financeiras.

Assim, a banca constituiu preocupação das autoridades que a seu tempo foi promovendo o seu tempestivo surgimento para mediar as relações económicas e financeiras.

Para maior esclarecimento deste facto, agrupamos e sintetizamos as instituições em dois grupos.

## **1. PERÍODO DO IMPÉRIO COLONIAL (ATÉ 1975)**

**1.1** Banco Nacional Ultramarino (BNU), fundado em 1864, em Lisboa, criou a sua agência em São Tomé, que acumula as funções de banco emissor, de banqueiro da Província e até banqueiro dos bancos, e, para o efeito, tinha o direito a exclusividade.

**1.2** Caixa de Crédito de São Tomé e Príncipe, criada em 1965, desempenhou o papel de banco de desenvolvimento, concedendo créditos de médio e longos prazos.

**1.3** Caixa Económica Postal de São Tomé e Príncipe, cuja actividade principal foi a captação de pequenas poupanças e simultaneamente fazer pagamentos de vales postais.

**1.4** Caixa de Previdência de Funcionários Públicos, de carácter privado, cuja actividade principal foi a concessão de créditos aos funcionários públicos.

**1.5** Banco Comercial de Angola, de carácter privado, fundado em 1973, com sede em Luanda, exerceu actividades estritamente comerciais.

## **2. PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA NACIONAL (1975 À PRESENTE DATA)**

### **2.1. Primeiro processo da reforma (mono banco)**

O sistema económico planificado, eleito logo após a independência, impunha que o sistema bancário, enquanto instrumento fundamental de apoio ao desenvolvimento do País, se adequasse ao novo modelo e, disso resultou a congregação de diversas instituições bancárias e para-bancárias num único banco, a partir de:

**2.1.1** Criação do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe (BNSTP), através do Decreto-lei nº.56/T/75, de 3 de Junho de 1975, com as funções do Banco Central, Comercial e de Desenvolvimento.

**2.1.2** Criação de condições para a substituição do BNU por BNSTP através do Decreto-lei nº.16/76, de 24 de Maio de 1976. Esse decreto determinou ainda a transferência das atribuições e dos activos e passivos do BNU para o BNSTP, como resultado da aplicação do protocolo assinado em Lisboa, em 23 de Março de 1976, entre os Governos de São Tomé e Portugal.

**2.1.3** Criação pelo Decreto-lei nº.36/76 de 17 de Agosto de 1976, de uma comissão de gestão para superintender as actividades do Banco Comercial de Angola em São Tomé e Príncipe, analisar os seus activos e passivos que viriam a ser integrados no BNSTP.

**2.1.4** Extinção da Inspeção do Comércio bancário e da Caixa de Crédito de São Tomé e Príncipe, e integrando os seus patrimónios e atribuições no BNSTP.

O Decreto-lei nº.41/76, de 3 de Setembro de 1976, aprova e põe em execução a Lei Orgânica do BNSTP.

Com o objectivo de dar maior ênfase e adoptar uma moeda no País, foi apresentado a primeira emissão de notas e moedas de Dobras, conforme o Decreto-lei nº.50/76 datado de 08/12/1976,

(Notas: Dbs:50,00; Dbs:100,00; Dbs:500,00; Dbs:1 000,00.

Moedas: Dbs:0,50; Dbs: 1,00; Dbs: 2,00; Dbs: 5,00; Dbs: 10,00 e

Dbs: 20,00. Posteriormente Dbs: 50,00).



Com o objectivo de integrar a poupança dos populares no projecto de desenvolvimento, em 30 de Agosto de 1980, é instituída no País a Caixa Popular, dependente do BNSTP, embora com uma certa autonomia administrativa e financeira.

O sistema bancário começou a enfrentar enormes dificuldades, nomeadamente ao nível de créditos mal parados, escassez de liquidez, falta de confiança, que conduziram a uma nova reforma do sistema bancário de modo a responder às novas exigências que o próprio mercado impunha.

## 2.2. Segundo Processo da reforma

Nesta perspectiva, em 1986, foi redefinido transitoriamente o novo posicionamento do BNSTP, entrando em execução uma nova Lei Orgânica do BNSTP.

Iniciou-se assim a fase da pré-reforma do sistema bancário e da transição da economia centralizada à economia do mercado.

Neste sentido, organizou-se a criação de um Banco Central forte e independente, capaz de implementar as políticas financeiras do País e supervisionar as actividades dos bancos comerciais.

Desde modo, em 1992, procedeu-se a segunda reestruturação da banca em São Tomé e Príncipe, permitindo a criação do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), como autoridade monetária e única instituição autorizada a emitir moedas com curso legal. Simultaneamente foi autorizada a criação de instituições financeiras privadas, marco para a liberalização do mercado. Ambas as disposições legais foram publicadas em 26 de Agosto de 1992.

Assim, estabeleceram-se no País, em Março de 1993, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, vocacionado para operações comerciais, cujos accionistas são o Estado santomense e os consórcios portugueses BNU e Banco Totta & Açores; em Maio de 1993, a Caixa Nacional de Poupança e Crédito, como sector público e sucessora da Caixa Popular; e em Dezembro de 1995 o Banco Comercial do Equador, cujas actividades só demoraram seis anos, devido a falta de liquidez.

Entretanto, a CNPC teve pouca durabilidade nas suas funções acabando por se extinguir em 1997, por não ter correspondido adequadamente aos objectivos das reformas económicas.

A nova reestruturação do sistema bancário estabeleceu que o FSI adaptasse a nova realidade, tendo também por função a capacidade para financiar também actividades económicas, possibilidades que o levaram a transformar-se em 1994 em Instituto de Desenvolvimento

Económico e Social.

Em 2006 o Instituto de Desenvolvimento Económico e Social (INDES) foi liquidado, porque a função atribuída não foi alcançada.

A partir do ano 2003 foram surgindo mais bancos, tais como: Afriland First Bank STP e o Banco Equador SARL que comprou uma grande parte de acções do ex-Banco Comercial do Equador.

No mês de Março do ano de 2004 foi instalado o Island Bank SA, em Julho de 2005 foi instituído o Commercial Bank S.T.P..

Nos anos 2007 e 2008 foram estabelecidos o Ecobank S.T.P. e Oceanic Bank S.T.P. respectivamente. Importa salientar que em 2011 o Oceanic Bank S.T.P. vendeu as suas acções para o Grupo Nicon-Nigéria e dando assim a uma nova denominação Energy Bank STP.

Em 2012 surge o BGFBI Bank STP que é um Banco de Investimento.

Entretanto o próprio BISTP foi evoluindo na estrutura accionista, tendo o Banco Totta & Açores vendido as suas acções, e posteriormente surgindo o novo accionista o Banco Africano de Investimento (BAI).

Procuramos com este esboço trazer algumas informações sobre o desenvolvimento da Moeda e da Banca em São Tomé e Príncipe.